

Conhecimento e Entendimento dos Valores Perspectivas das “Práticas Sociais Sustentantes” de Joseph Raz

Carlos Alberto Canano
Mestrando do PPGF-UFRJ

Introdução

Pretendo neste trabalho defender dois aspectos que, acredito, devem estar presentes em nossas deliberações morais. O primeiro aspecto diz respeito à ideia de ser necessário adotarmos uma visão que leve em consideração todos os aspectos motivacionais – suscitados pela diversidade de valores que nos constituem –, bem como as particularidades inerentes ao confronto das questões éticas que vivenciamos no cotidiano. O segundo aspecto é que uma visão que leve em consideração uma postura ética diante das demandas do mundo não pode prescindir de um exame, nem de uma execução de políticas – entendidas nesta abordagem como uma prática social – que atenda às discrepâncias existentes, para então fazermos avaliações equânimes e justas. Para tal, me apoio em pontos contidos nos livros *Value, Respect, and Attachment* e *The Practice of Value*, de Joseph Raz. Como o título do trabalho já sugere, dois pontos são cruciais para esta empreitada: o conhecimento e o entendimento dos valores, e as implicações das “Práticas Sociais Sustentantes”, de Joseph Raz.

Podemos dizer que o agir ético se defronta com questões que dizem respeito ao nosso processo valorativo quando confrontado com a ideia tradicional (mas não mais predominante) de que somente um valor impessoal deve nortear as nossas ações para que estas tenham a validade necessária de forma a serem consideradas como corretas. Dessa forma, à vista de algumas teorias, as fontes motivacionais que escolhemos para nossas ações carecem de um valor principal, impessoal, segundo o qual a nossa ação se tornaria genuinamente ética. Porém, as fontes motivacionais que escolhemos estão intrinsecamente relacionadas aos valores que adotamos e que tanto caracterizam quanto definem a nossa própria identidade pessoal. Valores que nos posicionam em relação ao mundo e marcam as relações que estabelecemos com o mesmo.

Encarnamos certos valores e sobre eles constituímos um projeto de vida. Somos o fruto de um passado, de uma história narrativa alheia que tornamos nossa, a cada vez que assumimos o papel de agente de nossas próprias ações. Aprendemos a olhar e a interagir no mundo a partir de modelos e idealizações sobre os quais, em seguida, aprendemos também a exercer nossa capacidade crítica. (DIAS, Maria Clara. *Identidade humana e pessoal: uma perspectiva naturalista da moralidade*, www.mariaclaradias.com/artigos/)

A partir, pois, do momento em que passamos a exercer essa nossa capacidade crítica sobre os valores nos quais nos encontramos imersos; vemos que a exigência de imparcialidade dos valores, tradicionalmente exemplificada por exemplos prototípicos e comumente usados para justificação de uma tomada de decisão ética, não alcançam a plenitude das relações as quais estamos sujeitos. Desconsidera-se o fato de que uma ação pode estar submetida a muitos valores, até mesmo valores que podem ter um caráter impessoal e universalizável, e ainda, que uma razão que determine o agir pode estar em um mesmo patamar de valor que outra. A dificuldade em se definir qual deve ter a primazia sobre o aspecto motivacional se apresenta sem muito esforço, pois haveria a necessidade de uma taxonomização para tal, e a justificação da supremacia de um valor é de difícil sustentação.

[...] os casos prototípicos representam apenas uma pequena parcela dos casos com os quais nos confrontamos no nosso dia-a-dia. Como então solucionar ou mesmo compreender os inúmeros casos que não se deixam, pelo menos trivialmente, subsumir a regras? Ou, dito de modo ainda mais radical, como buscamos, até mesmo nos casos prototípicos, as regras adequadas para situações concretas? (*Ibidem*)

Portanto, não devemos prescindir de uma noção de deliberação moral em que a autonomia do sujeito esteja não só em consonância com os seus valores, com os quais ele se identifica como também em consonância com o exercício de sua capacidade crítica, que o configuram como um sujeito capaz dessa deliberação. Uma vez assim situada a deliberação moral, mesmo frente ao

desconforto causado pela ameaça de relativismo, reforça-se a intuição de que uma valoração condicionada exclusivamente à exigência de universalidade carece de um fundamento sólido o suficiente para dar conta das exigências inerentes às relações constituídas pela própria vida. Raz apresenta uma posição que pretende ser conciliatória entre o que se mostra a princípio em pólos opostos:

Em particular, queria aperfeiçoar a minha compreensão de como esse ponto de vista (a universalidade dos valores) é compatível com a ideia, contestada por muitos mas imperiosa para mim, de que as propriedades valorativas, isto é, as propriedades que em si mesmas tornam os seus possuidores melhores ou piores, são histórica ou socialmente dependentes. As práticas sociais são contingentes, e as mudanças que nelas ocorrem também são contingentes. Pode o valorativo ser universal, se ele depende do contingente? (RAZ, Joseph. *Value, Respect, and Attachment*, Introduction, § 1)

Assim como se costuma compreendê-la (a universalidade dos valores), está equivocada. Mas no seu cerne é justa. Em vez de logo abandonarmos completamente essa crença, deveríamos antes compreender o que está e o que não está implicado na universalidade dos valores. Ela não implica, por exemplo, que os valores não possam mudar ao longo do tempo. (*Idem*, § 4)

Para Raz “a crença na universalidade do valor é vital para uma perspectiva de esperança quanto ao futuro”, mas tal ideia não elimina a possibilidade de “uma compreensão dos limites da universalidade e das fontes e da natureza da diversidade”. Essa ideia depende de conciliarmos a crença na universalidade “com uma compreensão correta da diversidade real dos valores.” Como diz, ao atendermos exclusivamente à necessidade de universalidade, não nos constituímos autenticamente como agentes capazes de deliberação moral e passamos apenas a refletir em nós uma ordenação de valores que nem sempre correspondem aos valores que constituem nossa identidade pessoal, como também não atendem à evidência da existência de diversidade de valores no mundo e muito menos respondem de forma satisfatória às contingências das relações sociais interdependentes presentes no mesmo.

A Tese da Dependência Social dos Valores

Joseph Raz procura explicar, através da tese da “dependência social dos valores”, “os padrões básicos do pensamento valorativo” e, ao mesmo tempo, apresentar uma explicação plausível para o pluralismo de valores, sem que tenhamos que admitir um relativismo ou um convencionalismo como base para esse pensamento. Levanto aqui, em linhas gerais, alguns pontos que julgo serem importantes na Tese (especial e geral) da Dependência Social dos Valores, de Joseph Raz, para os aspectos elencados no início do deste trabalho.

- *A tese especial da dependência social* afirma que alguns valores existem somente se há (ou houve) práticas sociais sustentando-os.
- *A tese (geral) da dependência social* afirma que, com algumas exceções, todos os valores dependem de práticas sociais, ou por estarem sujeitos à tese especial ou através de sua dependência de valores que estão sujeitos à tese especial. (RAZ J. *The practice of Value*, The Thesis in Brief, § 1)

Segundo a tese, portanto, a prática social é uma condição necessária para a existência dos valores. Isso porque valores específicos dependem de práticas sociais para a sua instanciação e alguns mais gerais dependem indiretamente, uma vez que são instanciados através de valores mais específicos. No entanto, a prática social não valida ou justifica os valores por ela sustentados. A tese de Raz não é uma explicação reducionista que procure dar uma explicação de conceitos de valor, e destaca que “práticas sustentantes podem ser identificadas somente em linguagem normativa, referindo-se aos próprios valores que elas sustentam”; além do que, ele ressalta, a prática social pode sustentar tanto bons quanto maus valores.

Raz admite a fraca condição de que “nós temos somente uma vaga compreensão intuitiva daquela noção (práticas sustentantes)”, e que ele a usa “de modo uniforme para criar um ponto teórico”. Mas essa condição fraca tem três vantagens: “evita a complicada questão de quanta compreensão adequada das pessoas sobre a natureza do valor deve estar antes de sua prática, para que esta possa ser vista como sustentando o valor”; “valores mais gerais são colocados dentro da prática através de valores mais específicos”;

e “valores estão abertos a reinterpretação”. Assim, a dependência social de valores é apoiada por quatro considerações:

(1) Ela oferece um promissor caminho para uma explicação da existência de valores. (2) Ela destaca uma pronta explicação de quanto nós podemos saber sobre eles. (3) Ela vale para uma crença comum profundamente enraizada em que não existe ponto para valor sem valoradores... (4) Finalmente, e o mais importante, ela delinea a estrutura básica de nosso pensamento valorativo. (RAZ J. *The practice of Value*, Justifying Considerations, § 1)

Segundo o autor, o nosso processo valorativo se constitui através de relações com um *gênero-base* ou *tipo-base*, no qual nós encontramos padrões de excelência que permitem valorar um objeto em questão. Mas isso não fecha a possibilidade para que práticas, ou mesmo valores, possam mudar ao longo do tempo, como podemos constatar ao longo da história humana. Estes padrões servem como base para valorações sustentadas por práticas sociais em um dado momento, podendo surgir novos modos de relação com o *gênero-base* ou *tipo-base*, como forma de diferenciação ou mesmo de oposição ao padrão constitutivo de excelência; e, muitas vezes, sem que tenhamos conhecimento do momento preciso, novas práticas surgem sustentando novos valores, ou mesmo podemos ter a convivência de práticas sociais que se baseiam em padrões conflitantes.

“Valores dependem de valoradores”: Raz afirma que sem valoradores, os valores não são evidenciáveis. Que, embora possa haver coisas de valor no mundo, sem valoradores seu valor “permanece não preenchido”. Sua afirmação se estende também para a própria existência dos valores:

Valores dependem de valoradores para a sua realização, pois o valor de objetos com valor só é preenchido através de sua apreciação... Minha afirmação não foi a de que somente o valor de objetos particulares não seja evidenciável sem valoradores, mas que a existência de valores mesmos não é evidenciável sem valoradores. (RAZ J. *The practice of Value*, Justifying Considerations, §§ 7, 8)

Raz apresenta quatro categorias como limites para a aplicação da Tese Especial. Ao que nos interessa aqui destaco as duas últimas categorias: os valores que capacitam e facilitam a instanciação de outros valores – liberdade, justiça etc – bem como o valor da pessoa e de outros valoradores, já que são valoráveis em si mesmos. No entanto, ele acrescenta:

Valores morais, e as virtudes, direitos e deveres, que dependem desses valores frequentemente pertencem às duas últimas categorias, e portanto não são diretamente sujeitos à tese especial. Eles são, entretanto, ao menos parcialmente, dependentes de práticas sociais indiretamente. Isto é mais óbvio no caso de valores que capacitam outros valores: seu foco é tornar possível a busca e a realização destes, e, portanto, esses valores que capacitam são socialmente dependentes para a extensão na qual os outros também o são, ao menos em sua evidência e propósito.

Um ponto similar aplica-se ao valor da pessoa ou de valoradores de forma geral. O ponto completo em ser um valorador é que alguém pode apreciar e respeitar valores, e, na extensão em que esses valores são socialmente dependentes, não há ponto em ser um valorador, a menos que haja práticas sustentantes tornando possível a existência de valores. (RAZ J. *The practice of Value*, Limits of The Special Thesis, §§ 5, 6)

Com o exposto até o momento nos colocamos em torno dos pontos que apresentei na introdução e nos possibilita abordá-los, evidenciando as questões envolvidas, ampliando a nossa compreensão e reforçando os posicionamentos ali assumidos. Passo então ao ponto central da proposta pretendida.

I. Conhecimento e Entendimento dos Valores – Perspectivas das “Práticas Sociais Sustentantes”

Um argumento forte na filosofia moral é que para fazermos julgamentos morais, ou para nortearmos nossas ações éticas, devemos, antes de tudo, estar de posse plena do valor ao qual devemos submetê-las. Neste sentido o conhecimento de um valor – atendendo a todos os critérios de universalização – é tomado como ponto central em uma teoria moral. Mas não deixa de ser plausível que – e como Raz, muitos filósofos aceitam – é muito improvável

que alguém possa dizer-se no domínio pleno de um conceito de um valor esgotando todas as possibilidades conceituais do mesmo. E ainda, como alertam muitos autores, sempre estará presente a possibilidade de uma falha conceitual na caracterização de um valor.

Deste modo, parece que a simples conceituação de um valor, requerida para o seu conhecimento, não esgota todas as possibilidades de sua compreensão. Por exemplo: podemos nos contentar com uma noção do conceito de liberdade que a caracteriza como autonomia, conforme conceituada por Kant. Mas ao nos depararmos com algumas situações contingentes que muitas pessoas vivenciam, como a falta de condições mínimas para uma vida digna – tão presentes em nosso mundo atual –, parece não ser muito intuitivo que, ali, encontramos a liberdade, a não ser muito forçosamente em seu sentido negativo. Estando ausentes as condições necessárias para a busca e para a realização de uma vida plena e digna como pessoa, a liberdade parece estar também definitivamente ausente. E as sociedades modernas e livres mostram-se preocupadas, ao menos teoricamente, com a necessidade de que estas condições estejam presentes em sua constituição, como oportunidades para que essa busca e realização de uma vida plena se concretizem.

Outro ponto que nos toca na questão dos valores é que, mesmo que busquemos a plena posse conceitual de um valor, algo de intuitivo não se deixa subsumir ao seu conceito. Mas ainda assim de certa forma, esta intuição nos faz compreender esse valor. E na tentativa de expor, exaustivamente, as razões pelas quais tomamos um valor como bom e justificado para uso em uma dada situação, esse algo de intuitivo se mostra inapreensível. Portanto, no que diz respeito aos valores, parece que carecemos de algo mais, pois na tomada de posição frente às questões éticas há uma incompletude do conhecimento do valor se não levarmos em consideração as relações deste com as particularidades inerentes às questões éticas do nosso cotidiano.

Um exemplo concreto: Em 12 de novembro de 2008, a Corte Britânica concedeu a uma paciente inglesa, de apenas 13 anos, o direito de interromper o tratamento terapêutico realizado em um hospital inglês. A ação, movida pelo hospital, tinha por fundamento moral e legal a aplicação de todos os recursos médicos disponíveis

para a manutenção da vida da paciente, embora fosse admitido se tratar de um caso irreversível. Diante da alegação da paciente de que sua recusa se baseava no extremo sofrimento físico e psicológico causado pelo tratamento e pela angústia da ineficiência deste, a Corte entendeu que seria desumano, cruel e totalmente insensível submetê-la à continuidade do tratamento.

A Corte Britânica demonstrou o uso de um critério para se posicionar entre os valores em questão e dar o seu veredito. Podemos detectar aqui o uso do entendimento do valor alegado pelo hospital na defesa do tratamento, no contexto em que esse valor deveria ser aplicado e, além disso, a demonstração de uma sensibilidade aos valores apresentados pela paciente em sua defesa, elencando-os como válidos e justificáveis no referido contexto. Como diz Raz:

Entendimento, mais do que conhecimento, é o termo que vem à mente quando penso sobre julgamentos valorativos... É uma questão de grau, com o entendimento e o julgamento envolvendo especificamente; primeiro, conhecimento em profundidade, e segundo, como um resultado, muito conhecimento do que está implícito. Entendimento é conhecimento em profundidade. É conhecimento conectado em dois aspectos. Primeiro, conhecimento do que está entendido ser de alcance suficiente para colocar seu objeto em seu contexto, para relacioná-lo com sua localização e sua vizinhança, literal e metaforicamente. Segundo, conhecimento do que está entendido ser conectado à imaginação de alguém, emoções, sentimentos e intenções. O que alguém entende pode imaginar, ter empatia com, sentir por, e estar disposto a agir frente a isso apropriadamente. Entendimento tende a envolver um bom grau de conhecimento implícito, precisamente porque é conhecimento conectado. Sua riqueza excede nossos poderes de articulação. (RAZ Joseph. *The practice of Value, Understanding and Value*, § 2)

Ou, como também diz Maria Clara Dias, “qualquer investigação no âmbito da deliberação moral depende do exercício mais ou menos refinado da nossa capacidade imaginativa”, e devemos estar dispostos a “nos comprometer com um certo teatro imaginativo, onde nos propomos a ocupar qualquer dos papéis encenados”. O entendimento na forma caracterizada por Raz oferece uma base para afirmar o primeiro aspecto exposto na introdução: em

nossas deliberações morais devemos levar em consideração todos os aspectos motivacionais suscitados pela diversidade de valores que nos constituem, bem como as particularidades inerentes ao confronto das questões éticas.

Podemos também encontrar apoio no que até aqui foi exposto, para então abordarmos o segundo aspecto, pois encontramos os contornos necessários ao seu exame. Voltando alguns passos, podemos compreender um estado moderno e livre como um conjunto de práticas sociais que sustentam valores específicos; estes definem as relações dessas práticas e instanciam os valores morais mais gerais desejados numa instituição social deste tipo, para que o consideremos um bom estado. Se nesse estado encontramos, como dito anteriormente, pessoas em condições extremamente desiguais no que diz respeito às oportunidades oferecidas pelo próprio estado para a busca e a realização de sua vida – ou seja, a conhecida condição de exclusão social –, podemos dizer, então, que há uma assimetria entre os valores que dão a esse estado o caráter de moderno e livre e as práticas sociais que deveriam sustentar esses mesmos valores para essa sua caracterização. Como podemos fazer avaliações no âmbito da moralidade de forma equânime e justa se existe essa assimetria? Encontramos, assim, também um apoio para a afirmação do segundo aspecto, ou seja, de ser imprescindível a implementação de políticas que visem à resolução das assimetrias encontradas na organização interna de um estado que busca a concretização dos valores de um estado moderno e livre. Somente deste modo nossas avaliações morais poderão ser consideradas equânimes e justas.

Referências bibliográficas

DIAS, Maria Clara. *Identidade humana e pessoal: uma perspectiva naturalista da moralidade*. www.mariaclaradias.com/artigos/

RAZ, Joseph. *The Practice of Value*. New York: Oxford University Press Inc., 2003.

_____. *Value, Respect, and Attachment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

